

EDITORIAL v. 29, n. 3 de 2020

Em um ano tão atípico, com tantas incertezas e urgências, fechar a edição 3 de 2020 da revista *Momento – diálogos em Educação* é, de certa forma, um movimento de insurgência. Como pesquisadoras, editoras e professoras, temos certeza do papel da ciência no processo de desenvolvimento e de evolução da humanidade. Contudo, é imprescindível que, para o avanço de estudos e experimentos, os pesquisadores/as tenham seu reconhecimento e incentivo pela sociedade mediante financiamentos, em especial pelo governo que a representa em instâncias estatais.

As pesquisas com relação às vacinas para o SARS-CoV-2 e ao combate à pandemia da COVID-19 é uma amostra da importância que a pesquisa e, sobretudo, os pesquisadores/as têm para a humanidade. Temos um legado imponente construído por vários pesquisadores/as brasileiros/as ao longo da história. Entretanto, não podemos nos privar de destacar o descuido, o descaso e o desmonte das instituições voltadas para a pesquisa, fato alertado por vários representantes dessas instituições, como a Academia Brasileira de Ciências¹.

Mahatma Gandhi, ao elencar os sete pecados capitais, destaca como um deles “a ciência sem humanismo”. Nessa perspectiva, Boaventura de Souza Santos², em sua obra *A Cruel Pedagogia do Vírus*, também, alerta para o fato de que, enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro para a humanidade. É preciso para a sobrevivência do humano repensar e ressignificar a vida e, para muitos, a sobrevivência. A ciência tem um papel crucial nessa reconstrução, em especial a Educação. Já nos ensinava Paulo Freire que a “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo (FREIRE, 1987 p. 87)³”.

Com esse pensamento, acreditamos que a *Revista Momento – Diálogos em Educação* contribui para alavancar conhecimento e potencializar a ciência. Com essa premissa, esta edição é composta por artigos do âmbito da educação articulados a várias interfaces, constituindo uma pluralidade e diversidade representativa do campo educacional.

¹ <http://www.abc.org.br/>

² SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. São Paulo: Boitempo, 2020.

³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Para abrir esta edição, temos o privilégio de apresentar o artigo “**Ensaio de pensar aulas-sonho para não-filósofos**”, de autoria de Marina dos Reis e Sandra Mara Corazza (*In memoriam*). Esta última, com uma vasta e significativa história docente e de contribuição à Universidade Federal da UFRGS e à comunidade científica. Este artigo é um ensaio aberto, reflete, poeticamente, a tarefa tradutória do Professor no preparo de aulas e, talqualmente um sonho, encerra-se inconcluso. É um texto potente que convida o leitor a trilhar o pensamento inspirado na (i)lógica do sonho e nas dimensões da poesia, à luz da Filosofia da Diferença e da Educação e dos conceitos de Aulas-sonho e sonhografias. As autoras destacam que a educação perpassa o corpo como um todo; ele é o receptor de afectos, o que promove maior potência ao pensamento e vitalidade na criação de regras no/para/sobre um currículo, tal qual um sonho.

As autoras Cleusa Inês Ziesmann e Sandra Vidal Nogueira contribuem com importantes discussões sobre os “**Marcos referenciais de aproximações entre teoria crítica de currículo e educação inclusiva**”. O texto, com base em revisão de literatura sobre a temática, traz à tona algumas aproximações entre os pressupostos da Teoria Crítica de currículo e da Educação Inclusiva. Para tal exercício, discutem a problemática curricular e o traçado de seu campo conceitual; a inserção da teoria crítica de currículo a partir da década de 80, bem como a institucionalização de práticas pedagógicas de carácter inclusivas na década de 90; e os processos legais e pedagógicos da inclusão, no Brasil, na contemporaneidade. Os resultados apontam para a necessidade de melhoria na formação dos profissionais do âmbito escolar e a urgência na produção de material didático como estratégia didático pedagógica.

Outro tema emergente e urgente abordado nesta edição trata-se da discriminação étnica e cultural. Intitulado “**A questão afro-brasileira sob a perspectiva da gestão escolar em nível básico na cidade de Cuiabá, MT**”, apresentada numa perspectiva etnocêntrica, destaca a necessidade de mais envolvimento e, sobretudo, conscientização ao combate à discriminação aos afro-brasileiros/as no âmbito escolar. Os autores Leonelson Dias Silva e Germana Ponce de Leon Ramírez, a partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória, evidenciam o papel fundamental da gestão escolar sobre o tema. Para tanto, entrevistaram quatro gestores e identificaram que esses desconhecem a legislação vigente sobre as questões étnico-raciais. Para agravar a situação, nos contextos

da investigação, a temática é abordada como conteúdo somente em datas comemorativas, ou seja, de forma pontual e superficial. Os autores concluem o estudo afirmando que é imprescindível que a gestão escolar elabore e execute ações efetivas no contexto escolar que promovam o debate e o combate às diferentes discriminações presentes nos ambientes escolares.

O artigo que discute a repercussão do estágio docente como componente curricular de um programa de Pós-Graduação em Educação, na constituição da docência universitária, foi elaborado pelos autores Valdeci Reis, Maria Conceição Coppete e Ademilde Silveira Sartori. O estudo apresenta as **“Práticas pedagógicas no Ensino Superior: o estágio docência como espaço de formação do pós-graduando e do professor universitário”**. Os autores, com base em uma experiência empírica, discutem os desafios e as (im)possibilidades do campo da didática no ensino superior e a ressonância na formação dos alunos da pós graduação, bem como do docente responsável pela disciplina.

O trabalho **“Velhice, educação e gênero: intersecções na educação de jovens e adultos”**, escrito por Kelly Maria Gomes Menezes, por meio de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, evidencia os significados que cinco mulheres idosas, alunas de um programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), conferem à Educação. A análise dos dados evidenciou três categorias: lazer/sociabilidade, cidadania/pertença, liberdade/autonomia. Os resultados apontam para a carência desses espaços que acolham as demandas e as necessidades educacionais, em especial, das pessoas idosas. A autora destaca, também, o preconceito vigente e imposto por um sistema neoliberal que rege a sociedade. Contudo, o artigo destaca as estratégias de resistência e de contrapoder destas mulheres para permanecerem na escola, espaço que a elas não foi permitido anteriormente e, na atualidade, enfrentam preconceitos para manter-se nele.

O estudo teórico, elaborado por Mayra da Silva Cutruneo Ceschini e Diana Paula Salomão de Freitas, apresenta **“A Estreita Relação Entre a Pedagogia Freireana, a Formação Ecocidadã e a Educação Ambiental Transformadora”**. O texto, inicialmente, discute a educação ambiental e a educação para a cidadania no âmbito da escola e as interlocuções com o Ensino de Ciências. Destacam, em seu estudo, as lacunas

entre a teoria, as disposições nos Projetos Político Pedagógicos e as vivências do cotidiano escolar. As conclusões trazem argumentos que nos levam a compreender a necessidade da intersecção entre os fundamentos educacionais, ou seja, a Pedagogia Freireana, a formação ecocidadã e a educação ambiental transformadora visando à emancipação humana.

Saberes da biodiversidade: Etnografia em uma comunidade quilombola no Território de Irecê – Bahia, com autoria de André Carneiro Melo e Marco Antonio Leandro Barzano, apresenta aos leitores uma experiência com sujeitos de uma comunidade quilombola registrada por meio de uma pesquisa etnográfica. A partir de visitas à comunidade, os pesquisadores realizaram observações, anotações em diário de campo, e registros fotográfico que retratam saberes que orientam ações cotidianas e como estes são empreendidos socialmente, compreendidos e compartilhados pelos integrantes da referida comunidade. Os excertos extraídos do diário de campo evidenciam o desejo da comunidade de sair da invisibilidade. O estudo nos convida a conhecer os saberes e os fazeres históricos e legitimados, porém pouco difundidos pelas ciências.

A contribuição de Gabriela Dutra Rodrigues Conrado e Márcia Souza da Fonseca a esta edição se deu por meio do artigo **“Cotidiano e experiências de si: visibilidades de estudantes em uma escola da periferia urbana”**, do município de Pelotas, que apresenta o cotidiano de uma turma de 9º ano do Ensino Fundamental. A perspectiva teórica é orientada pelos estudos de Michel de Certeau e Ludwig Wittgenstein. O conceito de experiência educativa que permeia as discussões tem como pressuposto os estudos de Jorge Larossa. Os resultados do estudo sobre as experiências de si, por meio das vivências pedagógicas, salientam: o abandono relacionado a viver com aquilo que está disponível no cotidiano; a esperança nas possibilidades de adquirir conhecimentos escolares ou para sobrevivência à ordem da vila; esperteza como atributo importante para conseguir pequenas vitórias na vida. Esses aspectos, apontam os autores, levam a inferir sobre a necessidade de discutir o cotidiano plural dos estudantes e fazer as conexões entre o que a escola ensina e o que eles vivem na prática.

“As Políticas de Formação de Professores para a Incorporação da Tecnologia ao Trabalho Docente”, artigo elaborado por Arminda Rachel Botelho Mourão e Tânia Mara de Souza Castro, analisou a representação social de tecnologia entre formadores e

cursistas, no Núcleo de Tecnologia Educacional em Manaus/AM, suas implicações na formação docente e nos processos de implementação das políticas de inserção da tecnologia no trabalho docente na Amazônia. Os dados obtidos no estudo trouxeram luz sobre o processo de construção dos conceitos, sentidos e materialidade do termo tecnologia e culminaram nas categorias: o trabalho como produção da existência humana e a relação trabalho e tecnologia por meio do processo sócio-histórico da evolução das sociedades humanas. As autoras concluem o estudo evidenciando dois sentidos ao termo tecnologia: ela, como produto e como processo.

Felipe Leão Mianes, autor do artigo **“Deficiência visual: olhares e possibilidades”**, analisa concepções clínicas e culturais de representação das pessoas com deficiência visual. O estudo buscou respaldo bibliográfico em obras autobiográficas de pessoas cegas, como: Hingson (2010) e Bavcar (2003) e, também, contou com a contribuição de estudiosos como Vygotsky (1991) e Martins (2013). O texto nos faz considerar a dimensão cultural sobre as concepções de deficiência visual para além das limitações corporais. As compreensões sobre as (im)possibilidades do deficiente visual são apresentadas, também, sob o olhar daqueles que vivenciam essa condição em seu cotidiano, fato que permite visibilizar a pluralidade e a multiplicidade que gira em torno do conceito e da percepção sobre o deficiente visual.

Discussões sobre o tipo de letra mais potente ou ideal ao processo de escolarização, em meio à comunidade escolar, é de ordem histórica, pedagógica, política, social e econômica. Nessa perspectiva, Alessandra Amaral da Silveira nos presenteia com um artigo que apresenta dados oriundos de 379 cadernos de alunos do período de 1937 a 2015, que estão salvaguardados em um Centro de Memória brasileiro. Com o título **“Cadernos de aluno em fase de alfabetização: o que revelam sobre a letra impressa minúscula?”**, o artigo visa analisar o uso da letra impressa minúscula em cadernos de alunos em fase inicial de escolarização. A metodologia da pesquisa deste estudo foi a operação historiográfica. Os resultados apontam as diferentes denominações e a presença distinta da letra impressa nos cadernos: no período de 1949 a 1977 a *scritp*; nos anos de 1990 a 2015, há o retorno da letra impressa minúscula, entretanto é utilizada em concomitância com outros tipos de letras. As conclusões destacam a importância de oportunizar à criança o direito de escolha dentre a diversidade de caracteres. As políticas

públicas, por meio das legislações vigentes, também argumentam a favor do uso de diferentes tipos de letras no período inicial da escolarização.

As autoras Queila Almeida Vasconcelos, Claines Kremer e Maria Carmen Silveira Barbosa, nesta edição, contribuem com o artigo **“os interesses de aprendizagem das crianças na escola: trilhando caminhos da participação infantil”**. Intentam com o estudo apresentar as ações e os interesses de aprendizagem das crianças bem pequenas, articulando-os à possibilidade de promover a participação infantil no planejamento e na organização do cotidiano escolar. Estudiosos da Sociologia da infância e da perspectiva da Aprendizagem Sociocultural sustentam a base teórica dessa investigação. Destaca-se que as autoras buscaram referências e estratégias metodológicas que promovem a pesquisa com as crianças e não somente para estas. Os resultados do estudo apontam que, para haver a construção de uma sociedade democrática, a participação das crianças, na organização escolar, precisa ser entendida como um direito, o qual carece ser aprendido por elas. Tarefa docente complexa, mas extremamente necessária.

Como anunciamos, anteriormente, esta edição articula estudos do campo da educação com interfaces em outras áreas do conhecimento, evidenciando a pluralidade do campo educacional. Nesse sentido, apresentamos o artigo **“Educação Física escolar e saúde: entendimentos e abordagens a partir da perspectiva discente”**, de Maicon Soares Ferreira e Juliana Juliana Cotting Teixeira. Os autores investigaram como foram desenvolvidos temas relacionados à saúde, nas aulas de Educação Física, com os alunos do Ensino Médio. Visando, com isso, compreender os sentidos atribuídos pelos discentes sobre saúde nas aulas de Educação Física no contexto escolar. Os participantes do estudo foram 12 estudantes de 3º ano do ensino médio de escolas públicas do município de Bagé/RS, os quais entendem o conceito de saúde pautado em uma perspectiva ampliada do conceito. Os achados indicam que a Educação Física escolar pode promover conhecimentos potentes sobre saúde por meio de escutas atentas e de diálogos com a comunidade escolar, sem perder de vista as movimentações e as transformações políticas e culturais que impactam o trabalho pedagógico.

Objetivando investigar as contribuições da Etnomatemática na contextualização e no processo de ensino e aprendizagem dos conceitos matemáticos das quatro operações fundamentais em duas turmas do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola do campo,

os autores Eliana Bispo Vitoria Nery, Olga Rodrigues dos Santos e Klayton Santana Porto apresentam algumas possibilidades de olhar a matemática sobre outro prisma no artigo **“O ensino e a aprendizagem da matemática escolar a partir das vivências cotidianas dos povos do campo”**. O estudo destaca a necessidade de contextualizar o conteúdo ao âmbito escolar a fim de que os alunos percebam a aplicação da matemática em seu cotidiano. O contexto da pesquisa foi uma escola do campo da rede municipal de Educação de Faria de Santana-BA, ressaltando que 37 estudantes contribuíram com a pesquisa. Os resultados revelaram que os aportes da Etnomatemática, traduzido pelo ensino da matemática de forma contextualizada, aprimora o entendimento dos alunos sobre os conceitos matemáticos.

Os autores Alex Verdério e Andreia Gomes Lima, nesta edição, contribuíram com o artigo **“A problemática acerca da inserção profissional dos licenciados em Educação do Campo na rede pública de educação do Paraná”**. A pesquisa refere-se à inserção profissional de egressos/as do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na rede pública estadual de educação do Paraná, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, tendo, como fonte de dados, o Dossiê para Reconhecimento da Licenciatura em Educação do Campo, organizado, no ano de 2017, pela Articulação Paranaense por uma Educação do Campo. Os resultados das análises apontam para a necessidade de conexões entre a escola e as agências formadoras que constituem as comunidades camponesas para que se possa ter êxito na afirmação da escola do campo.

Para encerrar esta edição, temos a satisfação de apresentar o artigo que aborda a **“Internacionalização na educação superior: Relato de Mobilidade Acadêmica e experiência formativa a partir do Diário de Registros”**, pesquisa apresentada por Fernanda Seidel Vorpapel, Cláudia da Silva Cousin e Leidy Gabriela Ariza Ariza. O texto destaca a experiência de mobilidade acadêmica internacional, realizada na Colômbia, na Universidade Pedagógica Nacional (UPN), por meio do edital de seleção interna do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil. Em termos metodológicos, o estudo utilizou o diário de registro, pois é uma ferramenta que potencializa o sentido da experiência e a expressão da subjetividade do pesquisador. Estudos como esse podem promover a construção de políticas públicas que contribuam com a ampliação de oportunidades de acesso à

internacionalização na Educação Superior, ultrapassando, dessa forma, as fronteiras institucionais e as experiências acadêmicas.

As contribuições da Educação às Ciências são significativas. Esta que, atualmente, tem se reafirmado imprescindível para a humanidade. Urie Bronfenbrenner, ao elaborar a teoria Bioecológica, em 2005, já nos alertava para os perigos das grandes mudanças, especialmente, nas últimas décadas, que, em nível mundial, afetaram a trajetória do desenvolvimento das pessoas, submetendo-as à digressão do processo de “tornar seres humanos mais humanos” (BRONFENBRENNER, 2011 p.37)⁴.

Agradecemos aos autores/as brasileiros e estrangeiros que contribuíram nesta edição e validaram a diversidade e as diferentes potencialidades do campo da Educação e sua contribuição à ciência.

⁴ Bronfenbrenner, Urie. **Bioecologia do desenvolvimento humano**: Tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011 - (originalmente publicado em 2005)